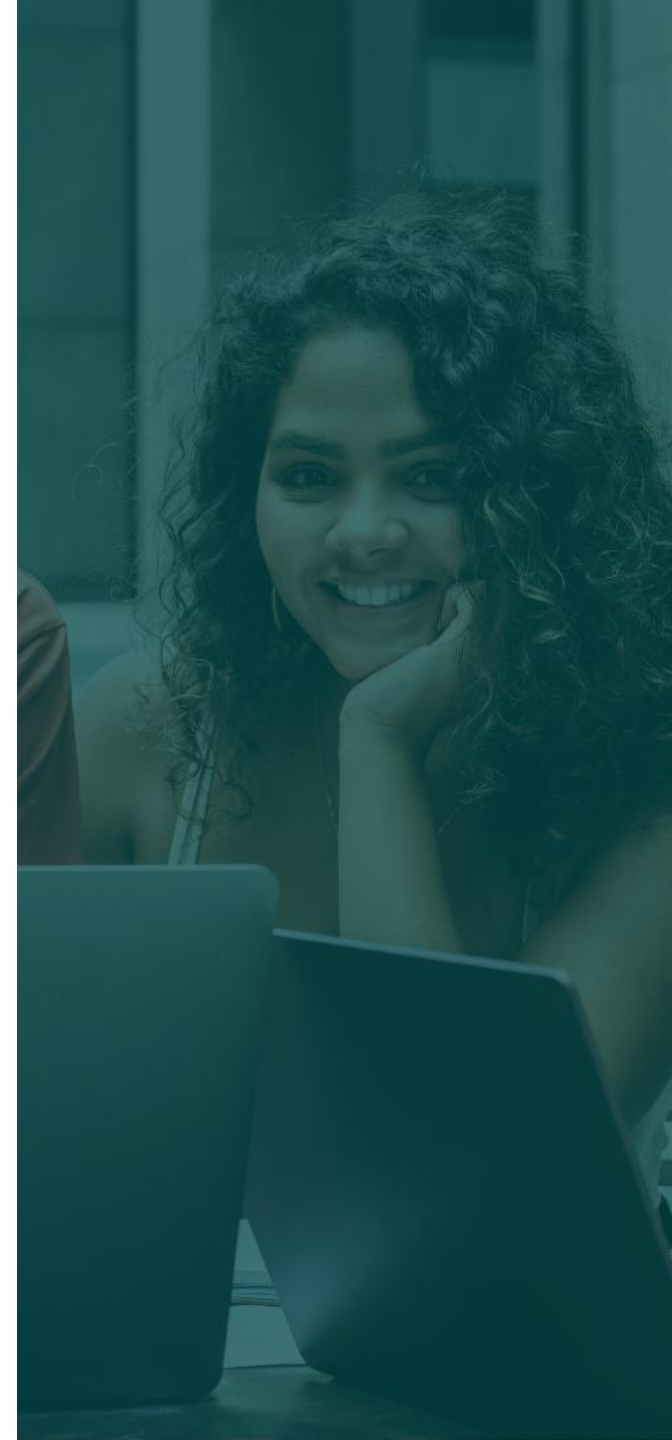




Simulado

digital.jornadaeduc.com.br



SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

A - Compõem a Seguridade Social: a Assistência Social, Saúde e Previdência Social. A Previdência Social independe de contribuição, mas a Assistência Social e Saúde dependem de contribuição.

B - Compõem a Seguridade Social: a Assistência Social, Saúde e Previdência Social. A Previdência Social depende de contribuição, mas a Assistência Social e Saúde independem de contribuição.

C - Compõem a Assistência Social: a Seguridade Social, Saúde e Previdência Social. A Previdência Social depende de contribuição, mas a Assistência Social e Saúde independem de contribuição.

D - Compõem a Previdência Social: a Seguridade Social, a Assistência Social, Saúde e Previdência Social. A Previdência Social independe de contribuição, mas a Assistência Social e Saúde dependem de contribuição.

SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

A - A previdência Social engloba o Regime Geral de Previdência Social, o Regime Próprio de Previdência Social, e não o Regime Complementar de Previdência Social.

B - O Regime Geral é destinado a funcionários públicos estatutários e militares federais.

C - O Regime Próprio é facultativo. As contribuições dos empregadores e dos participantes são voluntárias.

D - O Regime Geral engloba trabalhadores do setor privado e funcionários públicos celetistas

A EC 103/2019 EM SEU ARTIGO ART. 9º § 6º DETERMINA A INSTITUIÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR AO ENTE QUE TENHA SIDO CRIADO RPPS ATÉ:

A – 13 de novembro de 2021, este prazo já passou e o ente que não o instituiu terá este item para emissão de CRP irregular;

B – 31 de dezembro de 2022, ou seja, tem até esta data para instituir o RPC e manter seu CRP regular;

C – 30 de junho de 2022, mesmo que não institua nada impede a emissão de seu CRP como regular;

D – 13 de novembro de 2021, mesmo que não institua nada impede a emissão de seu CRP como regular;

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DEVE TER ADESÃO:

A – Obrigatória a todos os servidores segurados de RPPS;

B – Facultativa a todos os servidores segurados de RPPS, com contribuição patronal no máximo a contribuição do servidor;

C – Facultativa a todos os servidores segurados de RPPS, com contribuição patronal no máximo a contribuição do servidor, quando servidor efetivado após instituição do RPC no ente e que receba acima do RGPS;

D – Obrigatória a todos os servidores segurados de RPPS, com contribuição patronal no máximo a contribuição do servidor, quando servidor efetivado após instituição do RPC no ente e que receba acima do RGPS.

A PARTIR DA EC 103/2019 PROFESSORES(AS) PASSAM A TER A SEGUINTE REGRAS PARA CONCESSÃO A APOSENTADORIA:

A – regras iguais a demais servidores;

B – podem se aposentar ambos os sexos após 30 anos de contribuição;

C – mantem a redução de 5 anos de idade e contribuição em relação a demais servidores;

D – ambos os sexos somente terão direito a aposentadoria após 65 anos de idade;

É RESPONSÁVEL PELA COBERTURA DE EVENTUAIS INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS QUANTO AO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO RPPS. A ALTERNATIVA QUE COMPLETA A SENTENÇA DE FORMA CORRETA É:

A - O Prefeito

B - O Ente federativo

C - O servidor

D - A Secretaria de lotação do servidor

O ENTE FEDERATIVO QUE TENHA CRIADO RPPS DEVERÁ CONSTITUIR O RPC, QUANTO A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PODES AFIRMAR QUE:

A – Não poderá ser o dobro da contribuição do segurado;

B – Poderá ser no máximo até a contribuição do segurado;

C – Será de livre escolha em assembleia do sindicato geral dos servidores do ente;

D – Na qualidade de patrocinador, hipótese que poderá exceder a contribuição do segurado

NÃO SÃO BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PARTIR DA EC 103/2019:

A – Aposentadorias, Pensões e em alguns casos salário-família;

B - Aposentadorias e Pensões;

C – Salário-família, auxílio doença, auxílio reclusão e em alguns casos Pensões;

D – Salário Maternidade, auxílio doença, salário-família e auxílio reclusão.

A CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA MENCIONADA NO § 8º DO ART 9º DA EC 103/2019 PODERÁ:

- A – Quando ocorrer superávit atuarial, pois o RPPS deve buscar crescentemente melhores condições de renda a seu segurado;
- B – Quando em decisão do Conselho Deliberativo for determinado que o RPPS precisa buscar novas fontes de receitas;
- C - Poderá ser instituída contribuição extraordinária pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal;
- D – Não poderá ser instituída contribuição extraordinária pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, nos termos dos §§ 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal.

O FIM DA REVERSIBILIDADE DE QUOTAS CONSTANTE NO ART. 23, §1º DA EC 103/19:

A – Poderá ocorrer somente havendo déficit atuarial;

B – Não poderá ocorrer somente havendo déficit atuarial;

C – Situação atual, conforme dispositivo constante nesta questão;

D – Situação que atualmente não existe, conforme dispositivo constante nesta questão

APOSENTADORIA CONCEDIDA TENDO COMO BASE PERÍODO QUE O SEGURADO LABORAVA COMO AGRICULTOR SEM CONTRIBUIÇÃO MENSAL SERÁ:

A -Normal, pois seu período laboral deve aceitar em todos os órgãos previdenciários brasileiros;

B – Nula, devido à falta de recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

C – Nula, devido recolhimento regular da respectiva contribuição ou da correspondente indenização pelo segurado obrigatório responsável, à época do exercício da atividade, pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

D – Aceita, devido a constar em respectivo CTC emitido pelo RPPS onde estava vinculado anterior ao RPPS concedente da aposentadoria;

O DIRETOR PRESIDENTE SOMENTE PODE COMPRAR MATERIAIS DE EXPEDIENTE E/OU CONTRATAR SERVIÇOS APÓS APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO:

A – Sim, o Diretor Presidente somente pode executar suas atividades após permissão dos Conselhos do RPPS;

B – O Conselho Deliberativo é órgão superior de decisão de macro estratégias;

C – O Conselho Fiscal é órgão superior e tudo do RPPS depende de sua autorização;

D – A concessão de aposentadoria de servidor somente pode ser homologada após autorização do Conselho Deliberativo.

SEGUNDO PRÓ-GESTÃO O CONSELHO FISCAL DEVE RELATAR DISCORDÂNCIAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A – independente de explicações da Direção do RPPS;

B – sugerindo medidas saneadoras;

C – caso ocorra prejuízo contábil nos investimentos do RPPS

D – denuncie ao TCE, diretor de RPPS não sabe de nada.

DE ACORDO COM A LEI 9717/1998, EM SEU ART 8º B, OS DIRIGENTES DO RPPS DEVEM:

A – possuir graduação nível superior em qualquer circunstância;

B – ter certidão positiva de criminalidade na esfera federal;

C – possuir graduação nível superior para dirigentes nomeados a partir de abril de 2019;

D – possuir a nova certificação RPPS para nomeação e permanência em suas respectivas funções no RPPS.

OS SEGURADOS SOMENTE PODERÃO TER ACESSO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DO REGIME:

A – Quando solicitado através do Conselho Fiscal ao qual está vinculado;

B – Quando solicitado através do Poder Legislativo de sua jurisdição;

C – Corrigindo, o segurado terá pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

D – Ratificando, o segurado somente terá pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses não sejam objeto de discussão e deliberação;

ART. 149 DA EC 103/2019, § 1º ... MUNICÍPIOS INSTITUIRÃO, POR MEIO DE LEI, CONTRIBUIÇÕES QUE PODERÃO TER ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS QUANDO HOVER DÉFICIT ATUARIAL:

- A – Exigindo alíquota de aposentados e pensionistas de vencimentos de um salário mínimo igual ao servidor da ativa;
- B – Afirmativa é verdadeira
- C – Poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo;
- D – Afirmativa é falsa.

O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, PODE SER FEITO ATRAVÉS DE:

A - alteração do plano de custeio

B - alteração do plano de benefício

C - doação de bens, direitos e ativos

D - todas as alternativas

DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 1.467, ARTS. 74 E 75, OS REAJUSTES DE PROVENTOS DE SERVIDORES DEVEM:

A – Ocorrer sempre que a inflação oficial, calculada pelo IBGE, for superior a taxa Selic do respectivo exercício;

B – Ser precedidos de estudo atuarial que demonstre superávit atuarial;

C - Deverá ser elaborada avaliação atuarial no período compreendido entre duas avaliações atuariais anuais caso seja verificada a ocorrência de fato relevante para a deterioração da situação financeira e atuarial do RPPS

D - O ente federativo não deverá prever fontes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit se a proposta de que trata o caput agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS

NA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA FUNCIONAL E REMUNERATÓRIA QUE POSSAM PROVOCAR A MAJORAÇÃO POTENCIAL DOS BENEFÍCIOS .

A – Deverá demonstrar a estimativa do seu impacto para o equilíbrio financeiro e atuarial;

B – Ser precedido de estudo atuarial que garanta que o servidor não será impactado com índices inflacionários;

C – Deverá ser elaborada avaliação atuarial caso seja verificada a ocorrência de fato irrelevante para a deterioração da situação financeira e atuarial do RPPS

D - O ente federativo poderá prever fontes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit se a proposta de que trata o caput não agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS

PARA EMISSÃO REGULAR DO CRP:

A – Deverá ser observado se a legislação aplicada aos RPPS está regular, somente;

B – Deverá ser comprovado a adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária;

C – atendimento, pelos dirigentes da unidade gestora do RPPS, responsável pela gestão das aplicações dos recursos e do comitê de investimentos do regime próprio, aos requisitos mínimos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, e nos parâmetros estabelecidos na Portaria SEPRT/ME nº 9.907, de 14 de abril de 2020, não sendo necessário comprovação de nenhum dos membros dos conselhos fiscais e deliberativo

D – Além de demais itens a operacionalização da compensação financeira do RPPS de exclusividade com o Regime Geral de Previdência Social

O QUE PODEMOS AFIRMAR QUANTO A INSTITUIÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR TENDO EM VISTA A EMISSÃO DE CRP REGULAR?

A – Deverá ser encaminhado até 30 de junho de 2022, por meio do GESCON-RPPS, a lei de instituição do RPC que atenda ao disposto nas normas gerais aplicáveis, independentemente de possuírem servidores filiados ao RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;

B – Apresentar até 30 de junho de 2022, convênio de adesão ao plano de benefício da entidade de previdência complementar autorizado pela Previc, caso haja ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS após a instituição do RPC, conforme declaração a ser encaminhada por meio do GESCON-RPPS, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação."

C – O prazo informado na opção B deve é 31 de dezembro de 2022

D – O prazo informado na opção A deve ser 31 de dezembro de 2022

Em relação ao abono de permanência nos RPPS é correto afirmar:

- a) Seu valor será, no máximo, equivalente ao valor da contribuição previdenciária do segurado.
- b) Trata-se de um prêmio em dinheiro como reconhecimento da permanência do servidor na mesma área por, no mínimo, 20 anos.
- c) O valor do abono será incluído na base de cálculo, em caso de pensão por morte concedida ao dependente do segurado.
- d) O valor do abono será incluído na base de cálculo para fixação da aposentadoria.

A CTC PODERÁ SER APROVEITADA

- A - Com contagem de tempo de contribuição de atividade privada com a de serviço público, quando concomitantes.
- B - Com contagem de tempo fictício.
- C - Com conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum.
- D - Com contagem de tempo de contribuição no serviço público, não concomitante e cujo vínculo já esteja encerrado.

O PRESIDENTE DO CNRPPS

- A – É indicado pelo Ministro do Trabalho e Previdência;
- B – É escolhido por votação direta entre seus membros;
- C – É indicado pela Spreve;
- D – É escolhido em votação secreta entre seus membros;

Analise às seguintes informações em relação a controles internos de um RPPS e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São procedimentos que têm como objetivo monitorar os funcionários do RPPS em relação ao correto cumprimento das suas obrigações no trabalho.
- b) Devem monitorar que os riscos que afetem suas atividades sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis.
- c) Devem controlar que as demonstrações contábeis e financeiras do RPPS reflitam adequadamente suas operações.
- d) São políticas e procedimentos do RPPS que visam a garantir, com razoável certeza, que os seus objetivos sejam atingidos.